



PRESIDÊNCIA

O primeiro ano do governo Lula foi marcado pelo retorno do país à geopolítica global, mas sem a importância que o presidente esperava ter. E ainda enfrentou problemas internos com o Congresso e com as Forças Armadas

O Brasil voltou, mas o mundo não é o mesmo

» VINICIUS DORIA

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu o slogan “Reconstrução” para marcar o início de seu terceiro mandato na Presidência da República, ele mirou a herança herdada do antecessor, Jair Bolsonaro (PL), que desmontou boa parte das políticas públicas voltadas ao atendimento da população mais pobre e aos setores ligados à educação, cultura, meio ambiente e desenvolvimento social. Havia ainda a pretensão de retomar as relações com outros países e a defesa do multilateralismo, esgarçadas pela opção isolacionista do governo anterior.

Os atos de 8 de janeiro, porém, deram um novo norte ao governo: reconstruir o diálogo democrático, as relações institucionais e a convivência social em um país marcado pela divisão política. Ao fim deste primeiro ano à frente do governo, Lula colhe mais sucessos do que fracassos, mas carrega para 2024 um futuro de incertezas.

“A questão, hoje, não é se Lula é o cara ou não, mas o momento em que se encontra o campo progressista no mundo. O próprio governo brasileiro assumiu essa posição e influenciou demais as forças progressistas em adotar uma linha mais técnica e mais moderada, muitas vezes desconsiderando a existência de conflitos reais. Isso tem gerado derrotas que, muitas vezes, não são do governo brasileiro, mas impostas pela condição internacional objetiva”, avalia Hugo Albuquerque, especialista em relações internacionais da Editora Alternativa Literária.

A votação do Orçamento da União para 2024, na semana passada, foi o desfecho de um ano complicado para o governo na relação com o Congresso Nacional, majoritariamente conservador e ainda muito contaminado pela polarização política dos últimos anos. O principal programa de investimentos do governo, o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), perdeu R\$ 6 bilhões para emendas parlamentares e para o Fundo Eleitoral por imposição dos parlamentares, de olho nas próximas eleições municipais, em outubro. Poderia ter sido ainda pior, se o Planalto não tivesse entrado em campo na reta final do ano legislativo para recompor alguns desses recursos.

Nem mesmo a aprovação da reforma tributária, depois de quase três décadas de debates, pode ser creditada integralmente na conta do novo governo. Os louros foram repartidos

com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O que garantiu a governabilidade neste ano foi a aprovação, ainda na transição de 2022, após as eleições presidenciais, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que deixou 145 bilhões do Orçamento de 2023 fora do teto de gastos — política fiscal em vigor desde o governo de Michel Temer, substituída pelo novo Marco Fiscal, aprovado em agosto. Esses recursos foram usados para bancar despesas com o Bolsa Família, o Auxílio Gás e a Farmácia Popular, entre outras políticas públicas.

“Diferentemente do que a gente viu no primeiro mandato de Lula, agora ele precisou, inicialmente, normalizar as relações (políticas), acalmar a opinião pública. É um contexto mais polarizado, e isso tem um peso importante”, disse ao **Correio** a doutora em relações internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) Tamyra Coutinho.

Apesar das dificuldades de negociação com o Congresso, Lula ainda teve que enfrentar um delicado processo de pacificação das Forças Armadas, contaminadas pela relação política com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Para o trabalho, escalou como ministro da Defesa o experiente político pernambucano José Múcio Monteiro, que já foi parlamentar e presidente do Tribunal de Contas da União.

O mês de janeiro mostrou que a tarefa não seria simples. O almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha no governo Bolsonaro — investigado por suposto apoio a uma minuta de decreto de intervenção golpista descoberta pela Polícia Federal — criou constrangimento ao atual governo ao não comparecer à posse do seu sucessor, Marcos Sampaio Olsen, em um gesto inédito de descortesia.

Com apenas 21 dias de governo, Lula demitiu o general Júlio Cesar de Arruda do comando do Exército, por considerar que ele não estava cumprido a determinação de identificar e punir os militares envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Foi substituído pelo comandante militar do Sudeste, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, um dos poucos que defenderam publicamente a manutenção da ordem democrática.

A partir daí, o ministro da Defesa se concentrou na recomposição de verbas para o aparelhamento das Forças Armadas e a manutenção de programas estratégicos de investimentos, como o desenvolvimento dos jatos de combate Gripen (Aeronáutica) e o Programa de Submarinos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Com o ministro da Defesa, José Múcio, Lula recepciona oficiais-generais recém-promovidos: caserna pacificada e verbas para investimentos militares

(Prosub) da Marinha. Missões de apoio às operações humanitárias e de retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, de repatriação de brasileiros que viviam na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, e, mais recentemente, de garantia da lei e da ordem (GLO) nas rodovias federais e em portos e aeroportos no Rio de Janeiro ajudaram a restaurar a imagem de agentes do Estado às Forças Armadas.

A interlocutores, o ministro da Defesa já admite deixar o governo no ano que vem por considerar que a missão que lhe foi dada pelo presidente Lula está cumprida. Mas ele permanecerá no cargo até, pelo menos, o próximo dia 8 de janeiro, quando Lula reunirá toda a equipe de ministros em uma cerimônia para marcar a passagem de um ano dos ataques golpistas que destruíram as sedes dos Três Poderes.

Agenda internacional

A restauração da imagem do Brasil no exterior foi uma das principais preocupações do presidente Lula, após quatro anos de isolamento diplomático imposto pelo então presidente Bolsonaro e seu primeiro chanceler, o diplomata Ernesto Araújo. Da negação da emergência climática ao desprezo do multilateralismo, o Brasil se viu aliado dos principais fóruns de debate globais. Por isso, o Itamaraty foi reorientado a restabelecer as pontes com os principais atores da geopolítica atual, priorizando as negociações com a União Europeia em torno do acordo de abertura comercial — que vem sendo negociado há 30 anos —, a liderança do Brasil na América do Sul e entre os emergentes, por meio do Banco do Brics, e o fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) como centro de solução de controvérsias (**leia abaixo**).

No caso da ONU, o Brasil tem outra

demanda histórica: participar como membro permanente do Conselho de Segurança. A proposta brasileira é ampliar o número de membros e acabar (ou limitar) o poder de veto dos cinco países vencedores da Segunda Guerra Mundial — Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China.

Ao longo do ano, o presidente Lula fez 15 viagens internacionais, visitou 24 países e totalizou 62 dias fora do Brasil. O saldo, porém, ficou aquém do que Lula esperava. Por um lado, conseguiu, sem muita dificuldade, recuperar boa parte do prestígio perdido. Foi recebido pelos principais chefes de Estado e de governo do mundo e se fez presente nos principais fóruns internacionais e organismos multilaterais. Mas não conseguiu firmar-se como líder global.

“O brilho da pretensa liderança do Sul Global começou a ser empanado, justamente, em função da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, em que o presidente chegou a sugerir a cessão de território por parte da nação agredida. A recepção dessas ideias no G7 de Hiroshima, em maio, foi a pior possível e um esperado encontro com o presidente ucraniano, Vladimir Zelensky, foi sorrateiramente evitado”, avalia o embaixador aposentado e professor Paulo Roberto de Almeida.

A diplomacia brasileira comemorou a reunião de todos os chefes de Estado da América do Sul, em Brasília, pela primeira vez em oito anos. Mas o encontro de cúpula ficou marcado pela tentativa de reabilitar o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, no cenário continental. Maduro foi recebido com pompa e circunstância, sob o olhar desconfiado da comunidade internacional.

No mês passado, porém, Maduro ameaçou invadir a Guiana para tomar o estado de Essequibo, que representa mais de 70% do pequeno país amazônico. A região interessa menos pelas

densas florestas do que pelo rico subsolo marinho, cheio de petróleo, que já começou a ser explorado pela Guiana. Maduro e o presidente guianês, Irfaan Ali, se encontraram pessoalmente em São Vicente e Granadinas, pequeno país insular no Caribe, com a presença do assessor internacional de Lula, Celso Amorim. Os dois pactuaram que iriam discutir diplomaticamente a questão territorial sem ações militares. Por via das dúvidas, as Forças Armadas brasileiras reforçaram a presença na fronteira de Roraima com os dois países.

Conselho de Segurança

Quando o Brasil assumiu a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU, em outubro, havia a expectativa de que poderiam avançar no debate sobre a ampliação do grupo. Lula sempre acalentou o desejo de fazer do Brasil um membro permanente no mais importante órgão das Nações Unidas. Mas o ataque terrorista do Hamas a vilas israelenses, que deixou um saldo trágico de mais de 1,2 mil mortes — incluindo três brasileiros —, seguido por uma brutal reação das forças armadas israelenses, nublou o cenário. O Brasil não conseguiu aprovar uma resolução de cessar-fogo, vetada pelos Estados Unidos.

Paralelamente, o Itamaraty amou a maior operação de repatriação da história. De Israel, voltaram 1,4 mil brasileiros, na maioria, turistas. Da Cisjordânia, mais 32. A repatriação dos brasileiros que viviam em Gaza foi mais delicada e envolveu, também, o governo do Egito, que controla a única saída de Gaza fora do controle israelense. Três grupos, totalizando 80 pessoas, conseguiram autorização para voltar ao Brasil — o último chegou no sábado à Base Aérea de Brasília. (**Colaborou Henrique Lessa**)

Vinicius Doria/D.A. Press



Nicolás Maduro no Itamaraty: tentativa de reabilitação internacional do ditador

Tropeços no acordo com UE e no meio ambiente

Negociado há três décadas, o acordo comercial de abertura de mercados entre o Mercosul e União Europeia tropeçou mais uma vez. Os dois blocos não conseguiram superar a histórica divergência que envolve as barreiras para o agronegócio brasileiro, agravada pelas rigorosas exigências ambientais que os países europeus estão incluindo em suas relações internacionais. Uma nova rodada de negociações deve acontecer no ano que vem, mas o clima não é favorável.

Em outra frente, o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do planeta mais a União Europeia. O primeiro encontro de técnicos terminou na

semana passada, em Brasília. É mais uma oportunidade para encaminhar demandas como abertura de mercados, fortalecimento dos organismos multilaterais e integração Sul-Sul.

“Lula terá que usar sua reputação. Apesar de ter se desgastado muito neste ano, ainda pode conseguir recuperar o prestígio. E ele ainda tem muito desses recursos de reputação internacional, mas com menor capacidade de ação”, avalia a cientista política e professora da ESPM Denilde Holzacker.

“A grande expectativa passa a ser como o Brasil vai liderar no G20 esse ano. O G20, apesar de ter perdido muito espaço, ainda é uma organização internacional de bastante relevância, então a

capacidade de convergências de agendas e liderança vai ser importante na questão dessa retomada do Brasil em uma nova fase de prestígio”, disse a acadêmica.

Petróleo

Foi na questão ambiental que o mundo depositou as maiores esperanças no retorno do Brasil ao cenário internacional. Com o lema “O Brasil voltou”, Lula foi aclamado na Conferência do Clima da ONU, em Sharm-el-Sheikh, no Egito (COP27), no fim do ano passado, antes mesmo de tomar posse no cargo de presidente. Doze meses depois, na COP28, em Dubai, o clima já não era tão amistoso. Apesar dos bons números de

redução de desmatamento da Floresta Amazônica, a delegação brasileira anunciou que o país vai integrar a versão ampliada do cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+) justamente no ano em que a conferência global do clima anunciou o primeiro acordo para transição do modelo baseado em combustíveis fósseis.

A imagem do país ficou ainda pior com o leilão de blocos de exploração de petróleo, incluindo a Margem Equatorial, alvo de críticas de entidades ambientalistas por causa da proximidade com a Floresta Amazônica. O certame, apelidado de “Leilão do fim do mundo”, abriu novas frentes de exploração na plataforma continental do Sul do país. (VD)